

HABEAS CORPUS Nº 490.977 - SP (2019/0025947-7)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TADEU JOSE MIGOTO FILHO - PR061564
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : AILTON RODRIGUES BATISTA

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado pela Defensoria Pública em favor de **AILTON RODRIGUES BATISTA**, contra o v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no agravo em execução penal n. 7002900-16.2018.8.26.0482.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das Execuções indeferiu o pedido de comutação de pena, com fulcro no Decreto n. 9.246/2017, considerando que ele já havia sido beneficiado com a comutação em decreto anterior (fl. 48).

Inconformada, a Defesa interpôs agravo em execução, ao qual o eg. Tribunal de origem negou provimento, em acórdão assim ementado (fl. 16):

"Agravo em Execução - Pedido de comutação de pena com base em decreto instituidor do indulto natalino.

Necessidade da satisfação dos requisitos objetivo e o subjetivo - Hipótese em que o preso não satisfaz sequer o requisito objetivo, porque obteve comutação decorrente de Decreto anterior.

Agravo não provido."

No presente **writ**, alega a impetrante que o paciente tem direito ao benefício, sustentando que o decreto concessivo foi elaborado às pressas, com erro, e que a interpretação deve ser feita tendo como base os decretos anteriores para conceder independente de pedidos anteriores, sustentando que o fato de ter sido agraciado com benefícios de decretos anteriores não pode impedir a concessão.

Requer, assim, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para conceder a comutação de penas com base no Decreto n.º 9.246/2017.

Pedido liminar **indeferido** às fls. 55-56.

Informações prestadas às fls. 61 e 66-86.

O Ministério Público Federal, às fls. 88-91, manifestou-se pela denegação da ordem, em parecer com a seguinte ementa:

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. COMUTAÇÃO DA PENA COM BASE NO DECRETO PRESIDENCIAL 9.246/17. IMPROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DO REQUISITO OBJETIVO. "II- O artigo 7º, parágrafo único, do Decreto nº 9.246/17 estabeleceu que o benefício será concedido às pessoas sentenciadas à pena privativa de liberdade que não tenham, até 25 de dezembro de 2017, adquirido as comutações decorrentes de Decretos antecedentes, independentemente de pedido anterior. § 7º A comutação da pena privativa de liberdade remanescente, aferida em 25 de dezembro de 2017, será concedida, nas seguintes proporções: (...) Parágrafo único. A comutação a que se refere o caput será concedida às pessoas condenadas à pena privativa de liberdade que não tenham, até 25 de dezembro de 2017, obtido as comutações decorrentes de Decretos anteriores, independentemente de pedido anterior."). CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. PRECEDENTE/STJ. PARECER PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM."

É o relatório.

Decido.

O presente **habeas corpus** encontra-se **prejudicado**.

Nas informações prestadas pelo e. Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Presidente Prudente/SP, à fl. 61, o d. Magistrado informou que, *"em 13.09.2018, o paciente foi colocado em liberdade, ante o término do cumprimento das penas privativas de liberdade impostas nos autos da execução penal, assim, data vertia, deixo de prestar mais informações"*.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente **habeas corpus**, em

razão da perda superveniente de seu objeto.

P. I.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

